

A representação dos conteúdos DIV no Opinião Minas: Como são trabalhados os conteúdos diversos em um programa de caráter público¹

Gustavo Teixeira²

Iluska Coutinho³

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o modo pelo qual os conteúdos DIV, propostos por Rui Cádima, são representados ou negligenciados pelos programas de caráter público. Essa pesquisa se dá em conjunto com o grupo Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais (CNPq-UFJF) que desde 2009 e busca investigar a TV Pública a partir de análise de conteúdos da grade de programação de emissoras de caráter público, de entrevistas com jornalistas e do Manual da EBC, que foi lançado em 2013 e é a base para a comunicação pública no Brasil.

No presente artigo será analisado o programa Opinião Minas, da Rede Minas, em dois períodos de análise: uma semana corrida de 19 a 25 de agosto de 2016 e uma semana composta, 31 de outubro; 8 de novembro; 16 de novembro; 24 de novembro; 2 de dezembro de 2016. O programa possui uma edição, de segunda à sexta às 8:15 da manhã, com duração média de 30 minutos. O acesso do material foi realizado no canal do YouTube “opiniaominastv”.

Palavras-Chave: Telejornalismo Público; Opinião Minas; Conteúdos DIV; Telejornalismo Local; Diversidade.

Introdução

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

² Aluno de Graduação no curso de Jornalismo da UFJF, bolsista PIBIC-CNPq, integrante do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais. E-mail: gustavo_tfp@yahoo.com.br

³ Doutora em Comunicação Social, professora do curso de Jornalismo e do PPGCOM da Faculdade de Comunicação da UFJF, orientadora do trabalho. E-mail: iluska@globo.com

O objetivo desse artigo é investigar se os conteúdos DIV, propostos por Rui Cádima, são contemplados pelo programa Opinião Minas, da Rede Minas, já que ele é transmitido por uma emissora de caráter público, e portanto deve seguir alguns princípios do Manual da EBC (2013), e se diferenciar do conteúdo produzido por emissoras de caráter comercial, por possuir independência financeira e política, não ter obrigação com índices de audiência e ter o compromisso de apresentar um jornalismo de interesse público, que promova a cidadania.

Para análise da materialidade audiovisual do Opinião Minas, serão utilizados os conceitos de Telejornalismo Público, Telejornalismo Local e Diversidade. A avaliação dos produtos audiovisuais será realizada a partir da investigação dos conteúdos DIV, propostos por Rui Cádima (2016) em parceria com o Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e coordenado pela professora Doutora Iluska Coutinho, e como principais referências foram utilizados textos de Cádima e Coutinho, que desenvolvem pesquisas acerca do telejornalismo público e seus desdobramentos.

A partir do Manual de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicações (2013), que norteia as pesquisas acerca da televisão pública, o telejornalismo público tem alguns objetivos:

“A busca da verdade, da precisão e da clareza, o respeito aos fatos, aos direitos humanos e à diversidade de opiniões são fundamentos da credibilidade, patrimônio maior da imprensa livre e da comunicação democrática. A credibilidade deve resultar da fidelidade a seus princípios e valores.” (Manual da EBC, 2013, pág. 22)

O telejornalismo público deve, portanto, se diferenciar do comercial, principalmente por não possuir dependência política ou econômica, não possuir preocupação com índices de audiência e por ter a responsabilidade de produzir um jornalismo cidadão e de interesse público, diferentemente do comercial, que busca atender ao interesse do público.

Assim, estabelece-se uma hipótese a partir das promessas do telejornalismo público de:

“-Fomento à construção da cidadania, ao aperfeiçoamento da democracia e à participação da sociedade;
-Garantia da expressão da diversidade social, cultural, regional e étnica e da pluralidade de ideias e de percepções da realidade e dos fatos que são objeto de cobertura do jornalismo da EBC;
-Subordinação aos interesses da sociedade, explicitados por instrumentos formais inseridos na constituição da empresa, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira;
-Observância de preceitos éticos no exercício do jornalismo;
-Autonomia para definir a produção, programação e veiculação de seus conteúdos.” (Manual da EBC, 2013, pág. 23)

Além dos conselhos curadores e profissionais concursados presentes na Rede Minas, que seu jornalismo consegue atender aos conteúdos DIV, que funciona como um medidor do

cumprimento ou não do telejornalismo de caráter público e também consegue uma inovação na narrativa audiovisual, comparada com o telejornalismo comercial.

A partir da hipótese apresentada e considerando que o telejornalismo público possui alguns critérios de avaliação, garantidos no Manual da EBC (2013), que citam que suas programações “Devem ser mediadas por um processo ético, rigoroso, criterioso, isento, imparcial, sem preconceito e independente – na sua apuração, organização, hierarquização, aferição e difusão dos acontecimentos” (MANUAL DE JORNALISMO DA EBC, 2013, p. 21), a investigação estará centrada na presença ou não dos conteúdos DIV nos conteúdos analisados do programa jornalístico Opinião Minas, veiculado na Rede Minas de segunda a sexta-feira, às 8 e 15 da manhã.

A fundamentação teórica se deu em duas etapas, a primeira de pesquisa bibliográfica, tendo como principais bases textos de Iluska Coutinho e Rui Cádima acerca da televisão pública, observando as particularidades e diferenças dos modelos brasileiro e português, e a segunda, de análise da materialidade audiovisual presente no objeto empírico utilizado.

Essa análise será realizada a partir do material disponível no YouTube no canal “opiniaominastv”, publicado em dois períodos: entre os dias 19 e 25 de agosto de 2016 e em uma semana composta, com as datas propostas por Rui Cádima, 31 de outubro (segunda-feira); 8 de novembro (terça-feira); 16 de novembro (quarta-feira); 24 de novembro (quinta-feira); 2 de dezembro (sexta-feira). [O link que contém os vídeos do Opinião Minas é https://www.youtube.com/user/opiniaominastv/videos.](https://www.youtube.com/user/opiniaominastv/videos)

No Brasil, outro papel da televisão pública é de complementariedade em relação às emissoras comerciais, fato que se intensifica devido ao lugar de destaque e índices de audiência que tais emissoras possuem atualmente. E principalmente por não possuir interesses financeiros é que o telejornalismo público deve se diferenciar do comercial e apresentar um jornalismo cidadão, voltado para o interesse público, em detrimento do interesse do público, e que consiga uma maior representação das minorias e da grande diversidade que é composta a nação brasileira.

Telejornalismo Público

O conceito de telejornalismo público está intimamente ligado ao conceito de telejornalismo em geral, já que, como no Brasil todas as emissoras de televisão possuem concessões públicas para estarem no ar, e segundo o Código Brasileiro de

Telecomunicações, de 1962, os meios devem garantir 5 % de jornalismo na programação, por isso, é dever de todas as emissoras televisivas também zelar por um telejornalismo de caráter público.

No Brasil, a televisão de um modo geral está baseada no modelo comercial, e no telejornalismo não é diferente. Devido a tal formação do telejornalismo brasileiro, Ilsuka Coutinho, defende que o telejornalismo público deve ter um papel de complementariedade em relação as emissoras comerciais, por conta de suas “exigências de isenção, equilíbrio, apartidarismo e pluralidade, tão caras ao (Tele)Jornalismo e suas promessas ao cidadão, também são devidas pelas emissoras de televisão, concessionárias de um serviço público, apesar da aparente dissonância com as percepções acerca de sua programação” (Coutinho, pág. 21 e 22, 2013)

Entretanto, com o predomínio das emissoras comerciais desde os primórdios da televisão brasileira, o conceito de telejornalismo isento sempre foi uma discussão, já que as emissoras possuíam alguns patrocinadores, o que pode prejudicar o jornalismo “chapa branca”, que é aquele que de fato busca o interesse público. Exemplos da influência de empresas privadas no telejornalismo brasileiro não faltam, o Repórter Esso, um dos primeiros telejornais produzidos no país, que entrou no ar em 1953, na extinta TV Tupi, mas que “não era produzido na redação das emissoras, e sim por uma agência de publicidade, a McCann Erickson, que entregava o jornal pronto”. (Coutinho, pág. 61, 2012) e carregava em seu nome a vinculação com o capital privado, tirando a possibilidade de independência econômica e política do telejornal.

“A vinculação dos patrocinadores aos telejornais era significativa no que poderíamos considerar os primórdios do jornalismo na TV brasileira, e estava registrada nos nomes dos programas. Logo após o Repórter Esso, outros dois telejornais-marca entraram no ar, Mappin Movietone e Ultra Notícias. Os textos veiculados na época dependiam da aprovação de representantes e patrocinadores.” (Coutinho, pág. 62, 2012)

Por isso, no Brasil, o conceito de telejornalismo público tem maior ligação com as emissoras públicas, já que, diferentemente das emissoras comerciais, tem o compromisso de produzir um jornalismo que preze pela independência financeira e política, não busque o lucro e que, acima de tudo, consiga oferecer um jornalismo cidadão, partindo da produção de conteúdo de interesse público em detrimento do interesse do público, “O interesse da sociedade brasileira é o foco essencial do jornalismo da EBC, que deve se colocar a serviço do direito dos cidadãos à informação correta e qualificada, à

comunicação plural e diversificada e à liberdade de pensamento, opinião e consciência”.

(Manual da EBC, 2013, pág. 22)

Já em Portugal, o contexto é outro, já que o processo foi constituído de forma diferente do modo como se estabeleceu as emissoras de TV no Brasil. Em Portugal o processo se deu a partir das emissoras públicas e depois é que vieram as emissoras comerciais. Com isso, as ideias de índices de audiência e padrão para o telejornalismo ocorre a partir do que é produzido pelas emissoras públicas, no caso de Portugal, principalmente pela RTP1 e RTP2, e não o contrário, onde o telejornalismo público ainda busca um modelo que consiga fazer jornalístico sem copiar o modelo comercial, exemplificado pelo “padrão globo” já estabelecido e fixado na mente de grande parte dos brasileiros.

Rui Cádima ao trabalhar o telejornalismo público em Portugal, defende a ideia de que não se deve produzir um conteúdo que “mime a população”, mas sim que seja relevante e que leve a informação até o telespectador.

“A TV pública deve «desenvolver uma programação pluralista, inovadora e variada, que responda a elevadas normas éticas e de qualidade e que não sacrifique esses objectivos às forças do mercado» (...); deve «proporcionar uma informação imparcial, independente, esclarecedora e pluralista, que suscite o debate e que exclua a informação-espectáculo ou sensacionalista» (...); deve «privilegiar a produção própria e nacional, nomeadamente de autores qualificados nos domínios da ficção portuguesa e do documentário»” (Cádima, pág. 3)

Diferentemente do Brasil, em Portugal as emissoras públicas passam por uma crise de identidade no sentido de renovação, enquanto no Brasil, o serviço público de televisão ainda tenta se inserir no dia a dia da população brasileira. “De facto, a essência do modelo de serviço público começa por estar no não abdicar de um «projecto cultural» e na preservação de uma identidade própria face às tentações de carácter comercial”. (Cádima, pág. 9)

Telejornalismo Local

A principal característica que diferencia o telejornalismo de carácter local é a maior propagação dos regionalismos da parcela da sociedade, e com isso tende a ter uma maior proximidade para com o público, criando então uma identidade e fidelidade entre o telejornal e o telespectador.

Nesse sentido, a relevância do telejornalismo local se torna fundamental, “haja vista que consideramos estarem eles entre os maiores produtores de significados sociais e culturais

na sociedade contemporânea, reverberando muitas vezes as ações de outros agentes não menos importantes, tais como a escola, a religião e a família”. (Coutinho, 2008, pág. 2)

No Brasil, o conceito de telejornalismo local se torna ainda mais importante, na medida em que é um país de grande extensão territorial e com muitas diferenças culturais que variam de região para região, desde o sotaque até usos e costumes.

E é nesse ponto que o telejornal local entra com a função de representar as particularidades culturais e de aproximar o público da emissora, afim de criar um laço entre o telespectador e o telejornal.

Em seu livro “A Dramaturgia do telejornalismo”, Iluska Coutinho trabalha com a ideia de Alain Bourdin (2001), de que o telejornalismo local contribui para a compreensão do local e desempenha um papel importante para a constituição de identidade.

“O vínculo social é fundamentado em três grandes dimensões: primeiro de complementaridade e da troca; segundo, o sentimento de pertença à humanidade, mecanismo este que reforçaria os vínculos com outros indivíduos; e por último, o “viver junto”, que é o compartilhar uma mesma cotidianidade” (Coutinho, 2012, pág. 195)

Coutinho aborda dois aspectos da dramaturgia do telejornal local: o primeiro aspecto é a “existência de um conflito narrativo como característica central em todas as matérias veiculadas” (Coutinho, 2012, pág. 197) e o segundo é a forma de contar histórias, com a existência de personagens, que até como forma de aproximar o público, inclui “atores do povo” em suas matérias, e isso ajuda a fortalecer o vínculo social com o público.

Opinião Minas (Rede Minas)

Emissora de âmbito estadual, a Rede Minas foi criada em 1984, por Tancredo Neves, e atualmente é integrada a política cultural do Estado de Minas Gerais. Em sua grade de programação, existe uma divisão entre produções próprias e algumas parcerias, seja elas afiliadas à emissora, caso da TVE, de Juiz de Fora, ou de emissoras de âmbito nacional, caso da TV Brasil. Além de também transmitir sua programação 24 horas por dia via internet, pelo site <http://redeminas.tv>.

Em sua cartilha, tem como princípios, além do cumprimento dos princípios do Manual da EBC: “Família; Pertencimento; Interesse público; Isenção; Transparência; Cidadania; Pluralidade; Diversidade; Cultura mineira” (Site da Rede Minas, 2017).

Em sua página, disponível no site: <http://redeminas.tv/opiniao-minas/>, o Opinião Minas define como objetivos principais analisar fatos do cotidiano, principalmente nas áreas

saúde, psicologia, educação e cidadania a partir de uma visão crítica e aprofundada. O programa conta com entrevistas ao vivo com especialistas do assunto a ser tratado no dia. (Site da Rede Minas, 2017)

O programa possui uma edição de segunda a sexta, no horário de 8:15 horas da manhã, com apresentação de Raquel Capanema e tem uma reapresentação também de segunda a sexta-feira às 17:30 horas da tarde, com cerca de 30 minutos de duração, além de todos os vídeos serem publicados no canal do programa no Youtube, opiniaominastv.

Diversidade

O conceito de diversidade ainda não possui uma definição muito sólida, já que podemos pensar a diversidade em vários contextos. Mas em uma tentativa de definir o que seria diversidade no contexto português, Elsa Costa e Silva (2007) recorre à teoria de Denis Mcquail, onde a diversidade estaria principalmente ligada a preocupação que a mídia tem com o interesse público.

“a diversidade “adquiriu o estatuto de um fim em si mesmo para os mass media”, existindo três formas através das quais os media podem contribuir para a diversidade: reflectindo as diferenças da sociedade, providenciando o acesso a diferentes pontos de vistas e oferecendo um leque variado de escolha.” (Costa e Silva, pág. 1, 2007)

Ao recorrer à teoria de Jan van Cuilenburg, Elsa Costa e Silva (2007) busca compreender a diversidade não apenas ligada a política, mas também ao conteúdo oferecido pelos meios de comunicação, em uma perspectiva mais cultural.

“A autora adota uma concepção de diversidade ligada ao conteúdo mediático, sendo definida como a “heterogeneidade no conteúdo dos media em termos de um ou mais características específicas” (1999: 188), podendo estas ser novas categorias, posições políticas, novos gêneros, focos culturais, etc. Ou seja, a diversidade está especificamente ligada ao produto e não à produção.” (Costa e Silva, pág. 2, 2007)

Ao propor os conteúdos DIV, Rui Cádima define diversidade como um conjunto de perguntas, principalmente ligadas as questões sócio- culturais, mas também enquanto formato. Para isso, Cádima divide em categorias o que sugere como conteúdos DIV, que englobam “1- a diversidade cultural, étnica e linguística; 2- o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes; 3- as questões da juventude e

subculturas juvenis; 4- exclusão/inclusão sócio- cultural (em que perspectiva, género e discriminação); 5- pessoas com necessidades especiais; 6- idosos, experiências de envelhecimento; 7- protecção do património e da cultura nacional/local; 8- diversidade de géneros de programação televisiva (formatos e tons também)” (Cádima, 2016).

No contexto brasileiro, Iluska Coutinho busca compreender o conceito de diversidade com enfoque nos telejornais, dentro de um processo de análise chamado Qualidade do Telejornalismo nas emissoras públicas, proposto por José Tarcísio Filho, e nesse sentido, a diversidade estaria mais ligada a uma participação de grupos contra hegemônicos da sociedade, ou seja, aqueles que não costumam aparecer na mídia convencional, de exploração comercial.

“Entendendo que os telejornais atuam também como forma de ordenamento do mundo social, e de reconhecimento pelos indivíduos na sociedade brasileira, defende-se que os telejornais de uma emissora pública, como a TV Brasil, deveriam propiciar espaço para representação de diferentes grupos identitários.”
(Coutinho, pág. 32, 2013)

No livro *A informação na TV pública*, organizado pela doutora Iluska Coutinho, Nara Oliveira Salles utiliza o programa *Paratodos*, para abordar a questão da diversidade e cultura para o telejornalismo brasileiro. Nara argumenta que a diversidade no Brasil acaba sendo afeta por interesses econômicos dos grupos majoritários da sociedade, mas que as emissoras públicas seriam os espaços onde poderiam- se encontrar uma maior diversidade étnica, racial, religiosa, sexual ou regional.

Análise da materialidade audiovisual

Afim de investigar conteúdos audiovisuais, a proposta da análise da materialidade audiovisual, criada e defendida por Iluska Coutinho no âmbito do grupo Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais (CNPq- UFJF) se dá principalmente a partir da preocupação principal da análise do objeto, que está centrada na avaliação do conjunto “texto+som+imagem+tempo+edição”.

Coutinho defende que além da análise apenas do material a ser investigado, é necessário também reconhecer o que o programa promete entregar ao seu público e se dispõe a produzir.

“Na medida do possível é interessante identificar como essas propostas são apresentadas, em termos audiovisuais mas não apenas¹¹, o que pode contribuir para o desenho da análise, mas também para realização de inferências e mesmo de interpretações de eventuais fluxos relacionados à experiência de circulação e consumo daquele material audiovisual” (Coutinho, pág. 11, 2016)

A análise da materialidade audiovisual compreende três pontos principais: levantamento e reconhecimento de dados; definição de eixos de análise a partir do problema de pesquisa; montagem da ficha de leitura/ avaliação (Coutinho, 2016).

Por se caracterizar como um método quali-quantitativo a análise da materialidade audiovisual pode incluir itens de avaliação previamente identificados pelo autor, com categorias definidas à priori, como aquelas relacionadas à temática; caracterização das fontes de informação (governo, oposição, iniciativa privada, especialista, cidadão); presença ou não de pontos de vista conflituais, de inserção de arte, entre outros. (Coutinho, págs. 11 e 12, 2016)

Análise da materialidade audiovisual do Opinião Minas

Para uma análise mais consistente do programa jornalístico de entrevistas, foram analisadas 10 edições do Opinião Minas, em dois períodos: o primeiro que vai do dia 19 a 25 de agosto de 2016, e o segundo a partir de uma semana composta proposta em pesquisas de Rui Cádima em parceria com o grupo Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais, coordenado por Iluska Coutinho, com 2 horas 11 minutos e 48 segundos do primeiro período e 1 hora 57 minutos e 40 segundos do segundo período, totalizando 4 horas 9 minutos e 28 segundos de programação.

As análises tiveram por base as pesquisas de Rui Cádima acerca da televisão pública e dos conteúdos DIV, explicitados acima a partir de 8 possíveis categorias que faz de um conteúdo plural, diverso e com regionalismos, tal como está explicitado no Manual da EBC, que norteia a comunicação pública no Brasil.

A análise da materialidade audiovisual do Opinião Minas, a partir dos conteúdos DIV, busca investigar como o telejornalismo público está ou não cumprindo os seus deveres, baseados no Manual de Jornalismo da EBC, e é considerada uma continuação dos estudos desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais da UFJF, que vinha trabalhando com alguns eixos de avaliação da qualidade da TV, conceito proposto por José Tarcísio Filho, como Pluralidade, Diversidade, Regionalismo e Narrativas Audiovisuais.

Também foram investigados o tempo total de conteúdo DIV por programa, um descritivo das categorias contempladas, o dia da emissão, o título do programa e sua duração total. Além dos conteúdos DIV, foram observados também as fontes que tem voz no programa e se o formato tradicional de um programa de entrevistas encontra-se presente, ou se o Opinião Minas consegue inovar sua narrativa audiovisual.

Ficha de análise de programa

Título do programa: Opinião Minas

Dia de emissão:

Hora de emissão: 8:15 da manhã.

Tempo total de emissão:

Descritivo dos conteúdos DIV do programa e respetivo tempo de emissão (500 caracteres por cada temática/bloco de conteúdo específico):

Tempo total dos conteúdos DIV:

Descritivo genérico do programa (500 caracteres): O programa Opinião Minas é realizado a partir de entrevistas e busca analisar de forma aprofundada, e com uma visão crítica, diversas temáticas que estão presentes no cotidiano da população de Minas Gerais, com um maior enfoque em temas das áreas de saúde, psicologia, educação e cidadania.

O programa é composto quase em sua totalidade por entrevistas, e na maior parte das edições analisadas existe apenas um ou dois convidados para discutir um assunto, o que de certa forma pode acabar enviesando o discurso, na medida que a fonte tem um

conhecimento e um posicionamento sobre o assunto, assim, tende a preconizar o seu ponto de vista.

Além da fala da fonte a apresentadora busca sempre contextualizar e trazer novas informações ao público de casa, o que facilita a compreensão dos telespectadores, que podem ou não saber sobre a temática abordada. Ainda sobre as temáticas abordadas, nota-se uma preocupação em tratar temas cotidianos de interesse público e que não é comumente abordado em emissoras comerciais, como Ciganos: Costumes e tradições⁴, Representatividade da mulher na política⁵ e Legalização da maconha e experiência uruguaia⁶.

Em sua cartilha sobre o que pretende atender, o Opinião Minas se revela um “programa de entrevistas que analisa fatos do cotidiano nas áreas saúde, psicologia, educação e cidadania, com visão crítica e aprofundada”. Porém a visão crítica e aprofundada sempre vem de um (a) especialista, o que pode até ser positivo no quesito de passar um conhecimento mais aprofundado e embasado mas que acaba sendo muito mais apenas um posicionamento da fonte ou editorial, do que de fato uma opinião de quem vive no estado de Minas Gerais.

A falta das fontes populares é uma das coisas que acaba afastando um pouco o público, que além de não ter suas vozes ouvidas, acaba também sem representatividade. Devido ao nome do programa, a ideia inicial é de que as opiniões acerca dos conteúdos a serem discutidos serão dadas pelos mineiros, seja nas ruas, ou mesmo no estúdio, que é mais próximo da intenção do programa.

A partir da sugestão de categorização dos conteúdos DIV, propostas por Cádima, nota-se que na maior parte dos programas encontra-se ao menos uma das categorias DIV, demonstrando a preocupação do programa em trazer um conteúdo que seja de fato diferente do convencional. Apenas nas edições que tem como temática “Vício em trabalho: Escravidão mental”⁷ e “Estudo sobre a Mentira”⁸ é que não foram encontrados nenhum conteúdo DIV.

Após análise da materialidade audiovisual das 10 edições do Opinião Minas, o tempo total de conteúdos DIV observados foi de 1 hora e 48 segundos, de um total de 4 horas 9 minutos e 28 segundos de programação.

⁴ Publicada em 19 de agosto de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=uZHigm6kSk&t=151s>

⁵ Publicada em 25 de agosto de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=A51x5kDKbmE&t=893s>

⁶ Publicada em 16 de novembro de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=Re1AhRHEEPY>

⁷ Publicada em 22 de agosto de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=tXEuv4yWsk8&t=95s>

⁸ Publicada em 31 de outubro de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=GppCkrOmf2E>

Apenas duas das 10 edições conseguiram ser completamente diversas em ao menos uma das categorias propostas, a primeira ao tratar da representatividade da mulher na política, teve o cuidado de construir todo o programa de forma a valorizar o papel da mulher e buscar compreender o porquê de se ter ainda tão pouca representatividade na política e em outros espaços e a segunda conseguiu utilizar uma homenagem prestada a Murilo Rubião⁹ para dar uma maior pluralidade de vozes, incluir o público jovem, resgatar a cultura local e construir a narrativa de forma diferenciada.

Dentre as categorias propostas por Cádima, todas elas foram atendidas em ao menos 1 das edições analisadas, com destaque para a categoria 4: exclusão/inclusão sócio-cultural (em que perspectiva; gênero e discriminação), que está presente em 5 edições e a categoria 2: o conteúdo intercultural, multiculturalismo, pluralidade das expressões e vozes, que se encontra em 4 das 10 edições investigadas.

Além disso, destaca-se que em 5 edições encontra-se presente a categoria 8: Diversidade de gêneros de programação televisiva (formatos e tons também, descrever qual), que propõe uma construção da narrativa diferente do que é produzido pelas emissoras comerciais, destacando-se a preocupação do Opinião Minas em criar sua própria identidade e se distanciar dos formatos já existentes, mesmo em um programa de entrevistas, onde essa experimentação acaba sendo um pouco mais difícil.

A exceção de duas edições que não foi possível observar nenhum conteúdo DIV, em praticamente todas as outras edições foram encontradas mais de uma categoria e em diferentes partes do programa, principalmente em assuntos que já possuem uma temática mais diferente do que estamos acostumados a ver nas emissoras comerciais, como por exemplo na edição em que pega de gancho os atletas olímpicos regionais e traz a discussão para os cuidados que se deve ter na prática esportiva, “O que podemos aprender com os atletas olímpicos?/ Cuidados ao praticar esportes”¹⁰, que consegue trazer um certo grau de envolvimento e representatividade para com o espectador, com pluralidade de vozes e representação de minorias.

Considerações finais

Uma melhora a ser observada pelo programa é de passar a de fato dar voz ao povo, pois isso significaria atingir uma maior pluralidade de vozes e expressões, além de maior

⁹ Publicada em 2 de dezembro de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=O-8baDe-1t4>

¹⁰ Publicada em 23 de agosto de 2016, parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=gmPuz-h1ZeE&t=67s> e parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=pKA9AE9Nw9c&t=30s>

diversidade de ideias. Assim, as temáticas discutidas poderão ter um tom mais popular e próximo do público alvo.

A questão do regionalismo ainda é um problema no programa Opinião Minas, assim como em estudos anteriores foi observado no Jornal Minas, ambos programas da Rede Minas, já que apenas a capital Belo Horizonte acaba contemplada com assuntos que tem uma maior relevância, desconsiderando as distinções culturais entre as diversas regiões do estado de Minas Gerais. Essa situação é evidenciada no programa do dia 24 de novembro, que tem como assunto o “Meu Dinheiro: Como sair do vermelho + Franchising Fair”, mas que na verdade é um chamado para um curso de Franchising Fair, inclusive, uma das fontes entrevistadas pelo programa é Ademar Pahl, organizador do evento.

Outro problema da emissora é que seu sinal de transmissão não chega a todas as regiões de Minas Gerais, e com isso, em algumas partes do estado, os cidadãos que desejam acompanhar a programação da Rede Minas, encontram dificuldade, até mesmo na televisão fechada, e acabam tendo que se limitar a assistir a programação de forma fragmentada, via Youtube, nos canais específicos de cada programa.

Em geral, os conteúdos DIV são muito pouco trabalhados ao longo das edições dos programas, e o que observa-se é que a maior parte das vezes em que o Opinião Minas é diverso é em alguma fala específica do entrevistado ou mesmo da apresentadora contextualizando algo, e principalmente quando no programa existe algum vídeo, ou off em que o formato entrevista acaba sendo modificado e aí sim esse trecho do programa consegue cumprir alguma das categorias propostas.

Os itens 6- idosos, experiências de envelhecimento e 7- proteção do patrimônio e da cultura nacional/local, propostos por Cádima, ainda não conseguem ser bem trabalhados na programação do Opinião Minas, assim como nota-se essa dificuldade no Jornal Minas, e isso pode se dar principalmente devido a formação atual da sociedade brasileira, e mais especificamente mineira, já que o Brasil ainda possui um modelo de pirâmide etária com uma minoria de idosos e maioria formada por jovens e adultos em idade ativa. Já a respeito do item 7, essa quase ausência da valorização e proteção da cultura local, está muito ligada a miscigenação e diversidade cultural que vai desde o local, chegando até o nacional.

Entretanto, devido a essa diversidade cultural que o Brasil possui, o telejornalismo público, tanto de caráter local, como também de caráter nacional, tem a obrigação de

buscar representar e também dar voz as faixas culturais que normalmente não possuem representatividade na mídia tradicional.

A respeito do que está explicitado no Manual de Jornalismo da EBC, nota-se a preocupação desde as temáticas até a construção da narrativa audiovisual de se cumprir os princípios de pluralidade, diversidade, estímulo a participação e promoção de cidadania, entretanto, esses conteúdos ainda podem ser mais explorados ao longo do programa, e não apenas esperar que a fonte fale algo em que torne o programa diverso.

Ainda sobre a construção da narrativa audiovisual, o Opinião Minas consegue produzir um conteúdo em um formato diferente apenas utilizando recursos do jornalismo convencional como offs e sonoras, mas ainda encontra dificuldades em trazer um conteúdo diferenciado em um formato diferenciado apenas no modelo de programa de entrevista, que é o que se é proposto.

Uma alternativa a isso seria um espaço onde possa existir de fato a opinião pública, seja nas ruas ou até mesmo no estúdio, atrelado a opinião de um especialista, que possui um conhecimento mais específico para o assunto a ser tratado no dia e tem muito a acrescentar na oferta de um produto de qualidade ao público.

Referências Bibliográficas

CÁDIMA, Rui. Televisão, serviço público e qualidade. Acesso 15/02/2017, disponível em: <http://www2.fcsb.unl.pt/cadeiras/htt/artigos/Televisao,%20servi%C3%A7o%20p%C3%BAblico%20e%20qualidade.pdf>

COSTA E SILVA, Elsa. Concentração: debate em torno do pluralismo e da diversidade. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação 6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2007.

COUTINHO, Iluska (Coordenadora do trabalho).

COUTINHO, Iluska (org.). A informação na TV pública. Florianópolis: Insular, 2013.

COUTINHO, Iluska (org.). Dramaturgia do telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Mauad Editora Ltda, 2012.

COUTINHO, Iluska. Identidade no Telejornalismo Local: A Construção de Laços de Pertencimento entre a TV Alterosa Juiz de Fora e o seu Público, 2008.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível, 2016.

http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf, site que contém o Manual de Jornalismo da EBC.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio. Qualidade no telejornalismo: parâmetros para avaliação em emissoras públicas e comerciais. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

<https://www.youtube.com/user/jornalminastv/videos>, site que contém os vídeos do telejornal Jornal Minas

OPINIAO MINAS REDE MINAS. Disponível em <http://redeminas.tv/opinao-minas/>. Acesso: 15/02/2017.

